

ANEXO A DELIBERAÇÃO CEIVAP Nº 125/2009, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009

DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/ANA/2004 CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E A ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL, COM A ANUÊNCIA DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL, VISANDO AO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE COMPETÊNCIA DA AGÊNCIA DE ÁGUA DA BACIA.

A **AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA**, autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.204.444/0001-08, com sede e foro no Distrito Federal, representada neste ato por seu Diretor-Presidente José Machado, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 37.897.378, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 367.057.808-00, domiciliado em Brasília-DF, e a **ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP**, associação civil, sem fins lucrativos, constituída em 20 de junho de 2002, inscrita no CNPJ sob o nº 05.422.000/0001-01, com sede e foro em Resende – RJ, como entidade delegatária de funções de Agência de Água, representada neste ato por seu Diretor, Edson Guaracy Lima Fujita, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da carteira de identidade nº 598.692-3 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 163.266.289-20, residente na rua Prof. Roberval Froes, nº 335, Jardim América, São José dos Campos/SP, CEP 12.242-460, e pelo Coordenador de Gestão, Hendrik Lucchesi Mansur, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da Carteira de Identidade nº 1.989.103.440, expedida pelo CREA/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 838.157.167-72, residente e domiciliado na Rua 41, nº 11, Vila Rica/Vista Verde, Volta Redonda/RJ, CEP 27.529-430, com a anuência do **COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL-CEIVAP**, órgão colegiado estabelecido na forma da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, representado neste ato por sua Presidente, Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da carteira de identidade nº 13067641-4 expedida pelo IFP/RJ, e inscrita no CPF sob o nº 742.396.357-72, domiciliada na rua Prudente de Moraes, 1184, aptº 401, Ipanema, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.420-042, com fundamento no art. 51 da Lei nº 9.433, de 1997, na Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, e nas Resoluções nº 38, de 26 de março de 2004, e nº 59, de 2 de junho de 2006, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 014/ANA/2004, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (Contrato nº 014/2004) tem por objeto alocar os recursos financeiros para o exercício de 2010, promover ajustes nas obrigações da contratada quanto aos procedimentos operacionais para a aplicação dos recursos transferidos e nas condições para rescisão do Contrato, e alterar o Programa de Trabalho (Anexo I).

Parágrafo Único. Para o cumprimento do que dispõe o caput deste artigo, a cláusula quarta passa a incorporar a seguinte redação:

“CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

...

Parágrafo Segundo. A **ANA** repassará à **AGEVAP** os seguintes recursos financeiros:

...

d) No exercício de 2010, o valor total de R\$ 26.792.363,00 (vinte e seis milhões, setecentos e noventa e dois mil e trezentos e sessenta e três reais) que correrão às contas das seguintes dotações:

Funcional Programática: 44.205.18.544.1107.86A6

Fonte: 0116

Nota de Empenho nº 2010NE.....

R\$ 26.736.087,00 (vinte e seis milhões, setecentos e trinta e seis mil e oitenta e sete reais)

Funcional Programática: 44.205.18.544.1107.86A6

Fonte: 0280

Nota de Empenho nº 2010NE.....

R\$ 56.276,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e seis reais)

...

Parágrafo Oitavo. **A AGEVAP** deverá aplicar os recursos transferidos em conformidade com os procedimentos operacionais para a utilização dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos definidos em Resolução específica da **ANA**.

...

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA SUSPENSÃO E RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser suspenso por tempo limitado, através de notificação administrativa da **ANA** embasada na verificação de descumprimento de cláusula deste Contrato ou das normas aplicáveis à sua execução.

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre as partes e, ainda, unilateralmente, pela **ANA**, independentemente das demais medidas legais cabíveis, nas seguintes situações:

I - descumprimento da notificação de suspensão do Contrato, decorrido o prazo nela estabelecido;

II – não atendimento às recomendações decorrentes das avaliações realizadas pela Comissão de Avaliação e que seja de competência exclusiva da **AGEVAP**;

III - alteração do Estatuto da **AGEVAP** que implique modificação das condições de sua qualificação para a execução do objeto aqui contratado;

IV – se o **CNRH** revogar a delegação de competência de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

§ 1º. A rescisão será precedida de processo administrativo na **ANA**, ressalvada a hipótese do inciso IV do caput deste artigo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, respondendo os dirigentes responsáveis pela execução deste Contrato, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º. A **ANA** poderá, durante o processo administrativo previsto no parágrafo anterior e até a consecução dos seus resultados, com o objetivo de resguardar o

interesse público, nomear comissão gestora anuente de todas as atividades necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato.

§ 3º A rescisão importará reversão dos bens cujos usos foram permitidos e dos valores entregues à utilização da **AGEVAP**, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 4º. Em caso de rescisão deste Contrato, a **ANA** será instituída como titular em todos os contratos vigentes firmados pela **AGEVAP**, atuando como depositária de bens e valores necessários ao seu término, desde que sejam:

I – oriundos dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União;

II – previstos no plano de aplicação aprovado pelo Comitê da Bacia, em seu orçamento anual e na programação para os anos subseqüentes, dentro da vigência deste Contrato.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais cláusulas e condições pactuadas do Contrato de Gestão (Contrato nº 014/ANA/2004) do seu Nono Termo Aditivo ficam ratificadas por um período de até 4 (quatro) meses, prazo no qual a ANA, o CEIVAP e a AGEVAP deverão rever as metas e indicadores do referido contrato, que serão estabelecidas através de um novo Termo Aditivo.

Este Termo aditivo foi transcrito, mediante extrato, no Livro Especial de Contratos da ANA n.º ____, nos termos do art. 60 da Lei 8.666/93, e extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Brasília-DF, de de 2010.

.....
Diretor-Presidente – ANA

EDSON GUARACY FUJITA
Diretor – AGEVAP

HENDRIK LUCCHESI MANSUR
Coordenador – AGEVAP

MARILENE DE OLIVEIRA RAMOS MÚRIAS DOS SANTOS
Presidente – CEIVAP

Testemunhas

1- _____
CPF:

2- _____
CPF: